

Rio de Janeiro, 30 de Março de 2016

Ct. nº: VLT-PCRJ-075/2016

**PROTOCOLO**

A

**SECRETARIA ESPECIAL DE CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS****A/C: Sr. Gustavo Guerrante**

Rua Sacadura Cabral, nº 133, 4º andar, Saúde

Rio de Janeiro/RJ

C/C:

A

**CDURP – Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro****A/C: Sr. Sérgio Lopes Cabral**

Rua Sacadura Cabral, nº 133, 4º andar, Saúde

Rio de Janeiro/RJ**Assunto: Conteúdo Mínimo Local – Primeira apuração (40%)**

Prezado,

A Concessionária do VLT Carioca encaminha em anexo o relatório de apuração de 40% de avanço de obra do Conteúdo Local Mínimo e a respectiva memória de cálculo, em atenção Cláusula 12.2 do contrato CVL Nº 010008/2013.

Apurou-se o percentual de 83,89% de Conteúdo Local para o marco de 40% de avanço de obra. Este trabalho foi elaborado pela Consultoria BRA Certificadora, seguindo as diretrizes do Art.3º da Resolução nº2 de 28 de maio de 2015 em atendimento a exigência prevista no Decreto 7.888 de 2014.

Desde já, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,  
CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.



Carlos Eduardo Gonzalez Baldi  
Diretor-Presidente



CDURP 31/Mar/2016 16:22 000083

**VLT Carioca**

Rua Santa Luzia, 651/10º e 15º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – 20.030-041  
55.21. 2397.0400



BRA CERTIFICADORA LTDA ME  
RUA MÉXICO 111/1507 – CENTRO-RJ  
TEL.: (21) 3172-1159  
[www.bracertificadora.com.br](http://www.bracertificadora.com.br)

# RELATÓRIO 40%

## CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S/A



**BRA CERTIFICADORA LTDA ME**  
RUA MÉXICO 111/1507 – CENTRO-RJ  
TEL.: (21) 3172-1159  
[www.bracertificadora.com.br](http://www.bracertificadora.com.br)

## **1. INFORMAÇÕES PRINCIPAIS DO SERVIÇO REALIZADO:**

### **1.1. REFERÊNCIA DOS SERVIÇOS:**

PROPOSTA BRA-2015-0017 (REVISÃO 3).

### **1.2. DADOS DO CLIENTE:**

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S/A

Rua Santa Luzia, 651, 15º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ

CEP 20.030-041

CONTATOS:

Amanda Gouveia – (21) 2397-0542 – [amanda.gouveia@vltrio.com.br](mailto:amanda.gouveia@vltrio.com.br)

Patrícia Borges – (21) 2397-0429 – [patricia.borges@vltrio.com.br](mailto:patricia.borges@vltrio.com.br)

Maya Castilho – (21) 2397-0501 – [maya.castilho@vltrio.com.br](mailto:maya.castilho@vltrio.com.br)

### **1.3. EQUIPE DE TRABALHO – BRA CERTIFICADORA**

Tiago Martins – Gerente Executivo BRA

Elmar Mourão – Gerente Técnico BRA

Arthur Dorigo – Advogado BRA

Heloísa Gama – Analista CL BRA

Maura Ferreira – Assistente CL BRA

Fabio Queiroz – Assistente CL BRA

#### **1.4. ESCOPO PRINCIPAL DE TRABALHO**

Consultoria, análise, classificação e realização de cálculos em Conteúdo Local com foco na identificação e análise dos requisitos estabelecidos no contrato de Parceria Público Privada – PPP – na modalidade concessão patrocinada CVL n.º 010008/2013, seus anexos e outros documentos relacionados ao tema, estabelecidos pelos órgãos de governo, bancos e outras entidades envolvidas no projeto.

#### **1.5. METODOLOGIA DE ANÁLISE E DETALHAMENTO DO DIAGNÓSTICO**

- a) Nossa equipe iniciou a análise objetivando identificar as características do Contrato de Concessão objeto deste serviço e sua natureza, bem como, todas fontes de requisitos de conteúdo local inerentes a este Contrato.
- b) Consolidação das informações de projeto, Desenhos e Memorial Descritivo do projeto.
- c) Classificação de Conteúdo Local.
- d) Notas fiscais recebidas ao longo do projeto.
- e) Contratos e Subcontratos de fornecimento do projeto.
- f) Declarações de Importação do projeto.
- g) Documentação de pessoal que atua no projeto.





## 2. FONTES DE REQUISITOS DE CONTEÚDO LOCAL IDENTIFICADOS:

#	ORIGEM	FONTE	DETALHAMENTO
1	PAC	Artigo 3ºA da Lei 11.578 de 26/11/2007	Estabelece a possibilidade de haver exigência de aquisição de produtos e serviços nacionais.
2	PAC	Decreto 7.888 de 15/01/2013	Estabelece a obrigatoriedade de aquisição de produtos e serviços nacionais para as obras de mobilidade urbana do PAC. Substabelece aos Estados e Municípios a obrigação de definir como será apresentado e fiscalizar o cumprimento dos requisitos especificados no Decreto 2 de 28/05/15.
3	PAC	Cartilha de Conteúdo Local (1ª Edição – Julho 2015)	Estabelece “diretrizes editadas por Decretos, Portarias e Resoluções que tratam da obrigatoriedade de conteúdo nacional mínimo na aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais na execução das ações de Mobilidade Urbana integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, conforme previsto no art. 3º-A da Lei n.º 11.578, de 26 de novembro de 2007.”  Estabelece a Portaria 131 de 30/04/2013 como fonte do critério de PRODUTO NACIONAL para as ações de mobilidade urbana.  Define que a regra geral estabelece que os produtos devem estar cadastrados no FINAME, que exige 60% de conteúdo local (neste caso não indica sobreposição ao critério do decreto 7.888, que exige 80%), ou devem atender ao PPB.  Define obrigação dos entes federados em incluir nos contratos de mobilidade urbana a obrigação do contratado quanto a aquisições conforme critérios art. 1º do Decreto 7.888 (detalhados na portaria 131/2013) e na Resolução 2 CIA-PAC.  Estabelece como é o inter-relacionamento entre a regra do Decreto 7.888 e as regras do FINAME de cálculo de Conteúdo Local.  Esclarece a regra de WAIVER (situações de excepcionalidade à regra de conteúdo local, devido as seguintes restrições: oferta, preço, prazo de entrega, tecnologia).  Define a necessidade das unidades da federação apresentarem à UNIÃO prestação de contas parcial, quando a obra atinge 40% e depois 80%, além da prestação de contas finais – incluindo o nível de atingimento dos índices de conteúdo local.
4	PAC	Portaria 131 de 30/04/2013	Define que Serviço Nacional correspondem a serviços prestados no país por brasileiro nato ou naturalizado. Define regras específicas de Serviço Nacional.



**BRA CERTIFICADORA LTDA ME**

RUA MÉXICO 111/1507 – CENTRO-RJ

TEL.: (21) 3172-1159

[www.bracertificadora.com.br](http://www.bracertificadora.com.br)

#	ORIGEM	FONTE	DETALHAMENTO
5	PAC	Resolução No. 2 de 28/05/15 CIA-PAC	Define cláusulas que devem fazer parte dos contratos de fornecimento para aquisição de produtos e serviços nacionais, relativas a obrigatoriedade de aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais (cadastrados no PPB ou FINAME). Define que preenchimento das informações será realizada em modelos, planilhas e sistemas com base no artigo 2º/parágrafo 1º do decreto 7.888 (substabelece aos Estados e Municípios a obrigação de definir como será apresentado e fiscalizar o seu cumprimento). Define sanções e multa pelo descumprimento das exigências por parte da contratada. Define que caberá a contratada solicitar pedido de liberação de cumprimento de regras de exigência de conteúdo local, quando ocorrida as hipóteses do artigo 4º do decreto 7.889
6	CONTR	CVL 010008/2013	Estabelece regras de conteúdo local mínimo para o contrato de concessão.
7	BNDDES	Resolução BNDDES 2284/2012	Estabelece as regras de participação no Programa de Nacionalização Progressiva (PNP)
8	BNDDES	Regulamento para o Credenciamento de Máquinas, Equipamentos, Sistemas Industriais e Componentes para o Credenciamento de Fornecedores no BNDDES	Define as critérios e instruções para cálculos de índices de nacionalização de máquinas, equipamentos, sistemas industriais e componentes.
9	BNDDES	Circular SUP AOI12.2015	Define regras de financiamento do FINAME.
10	BNDDES	Lei 8.387 de 30/12/91 Lei 8.248 de 23/10/91	Definem a denominação de PPB (Processo Produtivo Básico) e orientação quanto aos critérios de atendimento.



### 3. ART. 3º DA RESOLUÇÃO Nº 2 DE 28 DE MAIO DE 2015

Em atendimento ao Art. 3º da Resolução nº 2 de 28 de maio de 2015, que em seu item III determina a divulgação dos percentuais de execução de 40% e de 80% e da prestação de contas final.

E como o contrato se encontra na fase dos 40% se faz necessário a entrega do Relatório nº 2.

### 4. CONSOLIDADO DOS VALORES APURADOS ATÉ A PRESENTE DATA.

	2013	2014	2015 até Out.	Total	Valor
Notas certificáveis	32	288	1514	1834	R\$ 235.544.667,24
Dis Certificáveis				68	€ 50.116.933,56

### 5. RESUMO CONSOLIDADO DOS VALORES FUTUROS ESTIMADOS.

	2013	2014	2015 até Out.	Total	Valor	Valores Futuros Remanescentes (estimativa)	Total do empreendimento (estimativa)
Notas certificáveis	32	288	1514	1834	R\$ 235.544.667,24	R\$ 804.219.700,95	R\$ 1.039.764.368,19
Dis Certificáveis				68	€ 50.116.933,56	€ 60.304.971,63	€ 110.421.905,19

### 6. SINTETIZAÇÃO DOS VALORES

Considerando que nos valores futuros em Euro, sejam 70% utilizados na fabricação dos Veículos leves sobre trilhos (VLT) em São Paulo, temos o cenário futuro abaixo:

	2013	2014	2015 até Out.	Total	Valor	Valores Futuros Remanescentes (estimativa)	Total do empreendimento (estimativa)
Notas certificáveis	32	288	1514	1834	R\$ 235.544.667,24	R\$ 804.219.700,95	R\$ 1.039.764.368,19
Dis Certificáveis				68	€ 50.116.933,56	€ 18.091.425,05	€ 68.208.425,05

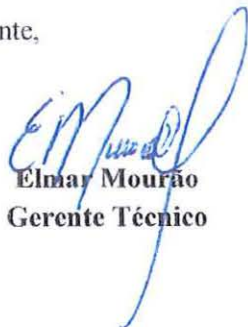


**BRA CERTIFICADORA LTDA ME**  
RUA MÉXICO 111/1507 – CENTRO-RJ  
TEL.: (21) 3172-1159  
[www.bracertificadora.com.br](http://www.bracertificadora.com.br)

## 7. CONCLUSÕES

Diante de todas as análises realizadas até a presente data e considerando as informações disponibilizadas e recebidas, informamos que o percentual de Conteúdo Local para o marco de 40 % de avanço da obra se encontra em 83,89% de Conteúdo Local.

Atenciosamente,



**Elmar Mourão**  
**Gerente Técnico**





## 8. MODELO DA DECLARAÇÃO

### DECLARAÇÃO

Modelo constante do Anexo IV da Resolução n.º 2 da CIA-PAC

Este(a) \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, neste ato representado por \_\_\_\_\_, cargo \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_ e do RG \_\_\_\_\_ e órgão emissor \_\_\_\_\_, **declara que:**

1. Os editais de licitação e contratos relacionados ao objeto do termo de compromisso nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ firmado por este(a) \_\_\_\_\_, respectivamente publicados e assinados após a autorização de início da execução do objeto do referido termo, **incluem as cláusulas** listadas em seu anexo complementar relativas à obrigatoriedade de aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais.

2. 83,89 % do valor total gasto com os produtos constantes no Anexo da Portaria Interministerial nº 95/2013 utilizados na Ação descrita no termo de compromisso nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ firmado por este **foi ou será empregado** na aquisição de produtos manufaturados nacionais.

3. O Relatório nº 2 de Utilização de Produtos e Serviços Nacionais referente ao atendimento da exigência prevista no Decreto nº 7.888/2013, elaborado de acordo ao modelo constante do Anexo III da Resolução nº 2/2015 da Comissão Interministerial de Aquisições do Programa de Aceleração do Crescimento, **foi divulgado** no sítio eletrônico \_\_\_\_\_ conforme definido pela Secretaria-Executiva da CIA-PAC, e este(a) \_\_\_\_\_ dispõe da **comprovação documental** das informações nele contidas.

Local, data

Assinatura do representante legal.